



Oficina "Direito de ter Direitos"

Oficinas

Com os temas "Promoção da Autonomia de Adolescentes Acolhidos", "Apadrinhamento Afetivo para Crianças e Adolescentes com Remotas Chances de Adoção" e "Direito de ter Direitos" a CEIJ, juntamente com as instituições parceiras na programação alusiva ao Dia da Adoção,

promoveu a capacitação de dezenas de agentes integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, e oportunizou a adolescentes acolhidos reflexões sobre o direito à convivência familiar e comunitária, à educação, à saúde, à profissionalização e sobre a construção de sua autonomia.

Programa incentiva apadrinhamento de crianças e adolescentes acolhidos

Em 2013, a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude formou o Grupo de Trabalho "Programa de Apadrinhamento Conta Comigo", que tem por objetivo elaborar uma proposta de apadrinhamento para crianças e adolescentes acolhidos

em Belém, Ananindeua, Marituba e também no distrito de Icoaraci. O Grupo é composto por equipe interprofissional da CEIJ, das Varas de Infância e Juventude e dos Serviços de Acolhimento da Região Metropolitana de Belém.

Grupo de trabalho enfrenta violência sexual

O Tribunal de Justiça do Pará, por meio da CEIJ, instalou o Grupo de Trabalho para Atendimento Especializado às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. Formado por representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos

Advogados do Brasil, Polícia Civil e Propaz Integrado, o grupo definiu procedimentos e fluxos da oitiva especial de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de crimes, conforme recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Profissionais são treinados para ouvir

A CEIJ e a Escola Superior da Magistratura do Pará elaboraram em conjunto, o Projeto de Capacitação em Técnicas de Entrevista Investigativa, que iniciou em julho de 2011, com o primeiro cur-

so. Em janeiro de 2014, uma nova turma começou o processo de formação para uso da metodologia do depoimento especial, conforme recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Norma regulamenta procedimentos socioeducativos

A CEIJ elaborou, a pedido da Corregedoria de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém, minuta com objetivo de editar normas para a regulamentação dos procedimentos relacionados à execução de medidas socioeducativas. O documento trata ainda do encaminhamento de

adolescentes às unidades de atendimento, do controle de prazo dessas medidas e de suas reavaliações. Aborda também questões relativas como à forma e ao prazo de remessa das guias de execução e de internação provisória, de acordo com o que prevê a Resolução nº 165/2012 do CNJ.

Plano de Enfrentamento à Violência Sexual passa por revisão

Integrante do Comitê Estadual de Enfrentamento à Exploração e Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a CEIJ participou dos trabalhos de revisão e reedição do Plano Estadual

de Enfrentamento à Exploração e Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, amplamente discutido pelos demais órgãos públicos membros do comitê.

Depoimentos em ambiente seguro

A CEIJ articulou, juntamente com a Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes da Comarca de Belém, a instalação de sala com os devidos equipamentos necessários à efetivação da oitiva especial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Esse procedimento passou a funcionar efetivamente no final do ano de 2013. A sala é organizada de forma a oferecer o ambiente necessário para as crianças e adolescentes se sentirem seguras na prestação de seus depoimentos.



Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo

Em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Pará, a CEIJ promoveu curso de atualização sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei 12.594/2012, e sobre os cadastros nacionais mantidos pelo Conselho Nacional de Justiça relativos à infância e juven-

tude. O curso formou 40 pessoas entre magistrados e servidores do TJPA e foi ministrado pelo juiz José Dantas de Piva, coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, auxiliado pelo diretor de Secretaria da 1ª Vara da Infância e Juventude de Natal, José Francisco de Souza.

Digitalização de Processos de Adoção

Em 2013 a CEIJ elaborou o Projeto "Conhecendo Minha História", cujo objetivo é a digitalização dos processos de adoção, que tramitaram em julgado,

nas comarcas do estado do Pará, em cumprimento ao que estabelece os artigos 47 § 8º e 48 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Melhorias para a execução da medida socioeducativa

Em reunião com representantes de órgãos e entidades que compõem os Sistema de Garantia de Direitos e Socioeducativo, em âmbito estadual, realizada no prédio que abriga as Varas da Infância e Juventude de Belém, a CEIJ discutiu a definição de ações conjuntas para a melhoria do atendimento socioeducativo, dispensado aos adolescentes autores de atos infracionais. Dentre os órgãos integrantes estão o

TJPA, através da CEIJ e da 2ª Vara da Infância e Juventude de Belém, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil-seccional do Pará, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), Casa Civil, SEJUDH, PROPAZ, COMDAC, SEMEC, FUNPAPA. Também foram convidados: SEAS, SEDUC, SESPA, SEGUP, SESMA, Gabinete do Prefeito e CEDECA/Emaús.

Justiça restaurativa e círculos da paz são temas de curso

Com o objetivo de capacitar magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Pará e outros profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, a CEIJ promoveu, juntamente com a Escola Superior da Magistratura do Pará e FASEPA, cursos de formação em Justiça Restaurativa e Construção de Círculos de Paz. Foram duas turmas, abrangendo 52 alunos. O curso teve como ministrante a professora norte-americana Kay Pranis, reconhecida internacionalmente, autora de diversas publicações na área. Além do curso, foi ministrada palestra sobre o tema “Círculos de Justiça Res-

taurativa e de Construção de Paz”, com a professora Kay Pranis, envolvendo um público de cerca de 300 profissionais atuantes na área, objetivando ampliar as discussões em favor dos direitos de crianças e adolescentes.

Articulação - A CEIJ também dispensou apoio necessário para a implantação da Justiça Restaurativa, com as metodologias de Comunicação Não Violenta e de Círculos de Construção de Paz, no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (CIAA), em Belém, sob execução da equipe interprofissional da 2ª Vara da Infância e Juventude.

Alternativas para jovens em conflito com a lei

Organizado pelo Executivo estadual, o Grupo de Trabalho Justiça Juvenil Restaurativa tem o objetivo de discutir estratégias que proporcionem ações interinstitucionais na área de Justiça Juvenil, assegurando aos adolescentes em conflito com a lei alternativas e oportunidades de reflexão, bem como de construção de soluções. O Grupo é composto pelo TJPA, Ministério Público, Defensoria Pública, Propaz, FASEPA, FUNPAPA, SEGUP, SEDUC, Escola de Governo e UFPA.

Encontro - O tema justiça restaurativa também foi abordado no Encontro Norte-Nordeste de Cultura de Paz: Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos, promovido pelo Governo do Pará, Terre des Hommes e UNICEF, ocorrido em novembro de 2013. A realização do evento contou com a colaboração do TJPA, através da CEIJ e da apresentação pública da prática de Justiça Restaurativa efetivada pela equipe do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente - 2ª Vara da Infância e Juventude.

Pós – Graduação Lato Sensu em Direito da Criança e do Adolescente

Projeto de iniciativa da CEIJ, promovido pela ESM em parceria com o Ministério Público e a Defensoria Pública, com execução da UFPA, com aproximadamente 60 alunos, entre magistrados, promotores de justiça, defensores pú-

blicos, advogados e outros. A pós – graduação, já contou com disciplinas como História da Infância e da Juventude no Brasil e na Amazônia e Família, Sociedade e Política Social. Tem previsão de conclusão no ano de 2014.



Fórum Cível. Térreo, salas 1/2. Rua Cel. Fontoura. Cidade Velha. CEP 66015-260. Belém-PA. Fone: 3205-2716/2742.

www.tjpa.jus.br/ceij • ceij@tjpa.jus.br

Apresentação



A Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), órgão permanente de assessoria à Presidência do Poder Judiciário, criada em 2010 pela resolução no. 13-GP, registra, por meio deste informativo, mais um ano de intenso trabalho em prol da infância e juventude. Ainda há grandes desafios conjunturais e estruturais a superar a fim de promover o acesso aos direitos de crianças e adolescentes, o que requer compromisso e empenho de todos os servidores envolvidos com a área. A CEIJ agradece a todos que atenderam o convite para efetivar as diversas ações, e apresenta neste Informativo algumas das principais ações ocorridas em 2013.

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Coordenador Estadual da Infância e Juventude

Maio: mês dedicado ao direito à convivência familiar e à adoção

O mês de maio foi dedicado a uma série de atividades em comemoração ao Dia Nacional da Adoção: seminários e oficinas voltadas à realidade das crianças e adolescentes no Pará e à promoção de políticas públicas voltadas à

efetivação dos direitos da Infância e Juventude. Os eventos foram realizados pela Coordenadoria, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional, Grupo de Apoio à Adoção Renascer, Universidade Federal do Pará e UNAMA.

Seminário
"Direito à
Convivência
Familiar"



Conferência defende fortalecimento das políticas

Na Conferência de abertura do Seminário que ocorreu em 24 de maio, realizada pela presidente do Tribunal de Justiça do Pará, a desembargadora Luzia Nadjia Nascimento palestrou sobre adoção e institucionalização de crianças e adolescentes. A desembargadora enfocou a impor-

tância do trabalho dos profissionais que atuam diretamente nessa área, enfatizando o fortalecimento das políticas de atendimento às crianças e adolescentes, extensivo também aos pais adotivos, para superação de possíveis mitos e medos. Além da conferência, houve debates e mesas redondas.